JORNAL DO
SINDIFISCO

RELATÓRIO 2018

2º SEMESTRE

DESTAQUES

SEMINÁRIO ESTADUAL ITCMD

Página 06

CONCURSO PÚBLICO AFRE/SC

Página 12

ANIVERSÁRIO SINDIFISCO 30 ANOS

Página 19

O FUTURO DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SC

Página 27

ATUALIZAÇÃO CADASTRAL - MANTENHA SEUS DADOS SEMPRE ATUALIZADOS!

DA DIREÇÃO

EDITORIAL

O papel do sindicato representantivo de uma categoria é agir de forma bastante intensa na defesa dos interesses de seus sindicalizados e ter uma postura propositiva, oferecendo soluções aos problemas que se apresentam, sempre pautando prioritariamente pelo diálogo, bom senso e responsabilidade nas suas ações.

É assim que o Sindifisco, através de todas suas diretorias, tem procurado agir deste sua fundação em 22 de outubro de 1988.

O segundo semestre para o Sindifisco foi bastante movimentado com várias ações sendo desenvolvidas em nosso Estado e outras fora dele, em articulações organizadas pela Fenafisco sempre visando à defesa da categoria fiscal e mais justiça fiscal.

A partir do ano que vem, teremos um novo governo tanto em nível federal quanto estadual, novos parlamentares, novos desafios, novas articulações que precisarão ser feitas, porém nada que já não tenha sido realizado em outros momentos pelas diretorias do Sindifisco.

Os anos vindouros serão de muita contestação aos direitos e conquistas dos servidores públicos. Não se pode achar que isto seja normal e aceitar qualquer redução de direitos duramente conquistados, principalmente por nós auditores fiscais. Nesse sentido, importante destacar que todas as nossas conquistas se devem ao diálogo, convencimento e trabalho de excelência e nacionalmente reconhecido que desenvolvemos.

Em vários momentos de nossa história já ficou demonstrado que quando faltou o diálogo, bom senso e boa intenção nas negociações, o fisco reagiu e de forma enérgica. Rogamos aos novos governos que se iniciam a partir de janeiro que utilizem o diálogo constante como forma de achar solução e diminuir conflitos.

Aproveito o momento para desejar votos de um natal repleto de paz e luz junto aos seus, e um ano novo repleto de bençãos e realizações.

Um grande abraço,

FABIANO DADAM NAU
PRESIDENTE DO SINDIFISCO

"O entusiasmo é a maior força da alma. Conserva-o e nunca te faltará poder para conseguires o que desejas."
Napoleon Hill

"Seja você quem for, seja qual for a posição social que você tenha na vida, a mais alta ou a mais baixa, tenha sempre como meta muita força, muita determinação e sempre faça tudo com muito amor e com muita fé em Deus, que um dia você chega lá. De alguma maneira você chega lá."
Ayrton Senna

Informativo do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina – **SINDIFISCO** – Dezembro/2018
Avenida Trompowsky, 291 – Sala 1203 - CEP 88015-300 Florianópolis - SC | sindifisco@sindifisco.org.br

SINDIFISCO
SINDICATO DOS FISCAIS DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DIRETORIA 2016 - 2019

PRESIDENTE
Fabiano Dadam Nau
VICE-PRESIDENTE
Achilles César C. Barroo Silva
2º VICE-PRESIDENTE
Carlos Alberto Sirydakis

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Irineu Giombelli
DIRETOR FINANCEIRO
Soli Carlos Schwalb
DIRETOR DE DIVULGAÇÃO
José antônio Farenzena

DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS
Asty Pereira Júnior
DIRETOR DE POLÍTICAS E AÇÕES SINDICAIS
Eduardo Antônio Lobo
DIRETOR DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Inácio Erdtmann

DIRETOR DE RELAÇÕES PARLAMENTARES E INSTITUCIONAIS
Thiago Rocha
DIRETOR DE PROJETOS ESPECIAIS E AÇÕES SOCIAIS
Rogério Macanhão

SUPLENTES:
Brani Besen, Ingon Luiz Rodrigues, José Zomer Sobrinho, Leandro Luiz Darós, Luiz Carlos Rihl de Azambuja, Ricardo Lonzetti, Rondinelli Borges de Macedo.

JULHO

COMISSÃO DE TRABALHO TRAÇA ESTRATÉGIAS SOBRE PROPOSTA DA REFORMA TRIBUTÁRIA

No mês de julho, o Presidente em exercício do Sindifisco, Achilles Silva, reuniu-se com dirigentes dos Fiscos estaduais de todo o Brasil na sede da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – Fenafisco, a fim de delinear estratégias para o fortalecimento de frentes de trabalho ligadas à Reforma Tributária Nacional.

Dentre os assuntos que compuseram a pauta da reunião estavam a proposta de reforma tributária (PEC 293/04), cujo relator é o Deputado Luiz Carlos Hauly, a Proposta da Reforma Tributária Solidária proposta pela Fenafisco e Anfip, e o PL 6726/2016, que regulamenta o limite remuneratório de que tratam o inciso XI e os §§ 9º e 11 do art. 37 da Constituição Federal ("PL do extrateto").

O grupo também participou do evento "Ideias de Reforma Tributária", que contou com a participação de diversos especialistas do tema, o Ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, além de Secretários de Tributação dos Estados. No encontro debateu-se acerca da viabilidade de implementação de propostas para reestruturar o Sistema Tributário Nacional.

*Com informações da Fenafisco / Foto arquivo Fenafisco.

ENCONTRO COM CANDIDATO AO SENADO DE SANTA CATARINA

Com o intuito de conhecer as propostas ao governo do Estado, a Diretoria do Sindifisco recebeu a visita do ex-governador e então candidato a Senador Raimundo Colombo.

O encontro reuniu os dirigentes da entidade e representantes da classe em um amistoso diálogo, sobre a Reforma Previdenciária, Reforma Tributária, pacto federativo e a distribuição e a utilização dos recursos públicos.

Durante a reunião, Colombo realizou a exposição do seu ponto de vista sobre o atual cenário econômico e falou sobre seu governo durante os anos passados e os projetos para o futuro.

Os diretores tiveram a oportunidade de debater o tema e falar sobre seus anseios para o próximo Governo.

REUNIÃO COM SECRETÁRIO DA FAZENDA

Da esquerda para direita, José Farenzena, Achilles Silva, Paulo Eli, Leandro Darós e Thiago Chaves.

O Presidente em exercício do Sindifisco, Achilles Silva, acompanhado dos diretores José Farenzena, Thiago Chaves e Leandro Daros, esteve em reunião com o Secretário de Estado da Fazenda e colega auditor fiscal Paulo Eli.

Na oportunidade, agradeceu-se ao Secretário por iniciar o processo do concurso público para Auditores Fiscais, fato ansiosamente aguardado pelo Sindifisco e pela classe, e também pela relevante atuação no Projeto de Lei nº 92/2018, denominado Profisco II, na qual o poder legislativo autorizou no mês de junho expressamente o Governo do Estado a captar US$ 50 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para utilizar em projeto de modernização da gestão fiscal em Santa Catarina.

A reunião possibilitou uma conversa franca e de forma muito produtiva sobre os problemas enfrentados pelos Auditores Fiscais e os devidos encaminhamentos, além dos anseios da classe e sobre assuntos gerais da Fazenda Estadual.

REPRESENTANTE DA SCPREV E DE CLASSES DE SERVIDORES DO ESTADO DEBATEM REGIME DE PREVIDÊNCIA

A Diretoria do Sindifisco recebeu, em sua sede, representantes da Associação dos Procuradores do Estado, dos Auditores Internos do Estado, dos Delegados de Polícia do Estado e o Diretor-Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Estado (SCPREV), para tratar de assuntos relacionados à previdência complementar dos servidores do Estado de Santa Catarina.

A reunião ocorreu devido ao aumento da procura por informações sobre o processo de migração dos servidores do Regime Próprio para a Previdência Complementar. Na oportunidade, o Diretor-Presidente da SCPREV, Célio Peres, detalhou uma série de ações para esclarecer as mudanças ocorridas na previdência catarinense.

Uma delas é a realização de palestras, nas quais são abordadas as variáveis que devem ser analisadas para a migração ao regime complementar. "É uma ótima oportunidade, pois trata de diversos assuntos, tais como as regras de aposentadoria vigentes, o prazo para a migração, a Reforma da Previdência, o cálculo do benefício e as regras do Plano de Benefícios – PLANO SCPREV", diz Peres.

Comentou ainda que o aumento da contribuição de 11% para 14%, definida pela Lei Complementar 662/2015, e as discussões em torno à Reforma da Previdência, são fatores que têm estimulado o interesse pela Previdência Complementar, porém de forma acanhada.

Na reunião também foi abordado o incentivo dado aos servidores da União para a migração ao Regime de Previdência Complementar. Por intermédio da Funpresp (entidade responsável pela administração da previdência complementar dos servidores federais), a União regulamentou o direito dos servidores já integrantes do serviço público à opção pela migração ao RPC, previsto no artigo 40 da Constituição Federal. Assim, criou o chamado "benefício especial", complemento financeiro a ser pago mensalmente pela União quando da aposentadoria desses servidores. A migração para o RPC implica na limitação dos proventos futuros de aposentadoria do servidor. O teto é o Regime Geral de Previdência Social – RGPS (o mesmo do INSS) e é opção irrevogável e irretratável. Assim, o benefício especial seria uma espécie de compensação pelas contribuições previdenciárias anteriores recolhidas sobre bases de cálculo acima do teto.

O objetivo das entidades presentes na reunião foi de esclarecer as dúvidas referentes ao regime atual e a previdência complementar oferecida aos servidores, mas principalmente para auxiliar as lideranças a encontrarem uma forma de convencer o governo a aprovar o "Beneficio Específico", que é uma forma de ressarcir os atuais servidores que migrarem para a previdência complementar. Um modo de ressarcir pelo que foi contribuído acima do que será pago quando ocorrer a aposentadoria desses servidores.

"Estamos trabalhando para permitir que o servidor migre sem ter prejuízo das contribuições feitas ao Iprev" – disse Thiago Chaves, Diretor de Relações parlamentares e Institucionais do Sindifisco.

Em outra oportunidade, o Sindifisco já havia realizado a mesma ação em parceria com a AMC e ACMP, sustentando o mesmo enfoque de debate.

Para obter mais informações sobre o SCPREV, é possível acessar o site ***https://www.scprev.com.br*** ou solicitar uma consultoria previdenciária especializada para realizar simulações.

AGOSTO

1º SEMINÁRIO DOS FISCOS ESTADUAIS SOBRE TRANSMISSÃO DE COTAS SOCIETÁRIAS SUJEITAS AO ITCMD

Cerca de 80 auditores fiscais, de 15 Estados, reuniram-se em Florianópolis com o intuito de trocar experiências sobre o imposto.

A Secretaria da Fazenda Estadual de Santa Catarina, por meio da Diretoria de Administração Tributária, promoveu nos dias 16 e 17 de agosto, o evento nacional sobre auditoria de transmissão de cotas societárias sujeitas à tributação do ITCMD, que reuniu cerca de 80 auditores fiscais, de 15 estados.

O Seminário aconteceu no Auditório do Edifício Trompowsky Corporate em Florianópolis e contou com o patrocínio do SINDIFISCO/SC.

A crescente disseminação da prática de planejamento sucessório pelos grandes detentores de patrimônio, materializada nas sociedades administradoras de bens ou holdings patrimoniais (ou familiares), aliada ao incremento do número de situações potenciais nas quais ocorrem crime de sonegação fiscal, exigem preparo e atenção máxima dos Fiscos Estaduais. Nesse sentido, a realização do 1º Seminário sobre Transmissão de Cotas Societárias Sujeitas ao ITCMD objetivou promover o intercâmbio da expertise entre Auditores Fiscais das Receitas Estaduais na identificação de fatos geradores do imposto, bem como na apuração do valor de mercado das sociedades empresárias, holdings ou administradoras de bens.

Para o Coordenador do Grupo ITCMD na Diretoria de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda de SC, o auditor fiscal José Antonio Farenzena, a importância do debate com outros estados sobre um modelo de tributação uniforme e, também, a troca de experiências entre os fiscos estaduais é de extrema importância. "Santa Catarina evoluiu muito no imposto desde 2005, mas observamos que estamos atrasados em relação a alguns estados, a exemplo de Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que têm modernizado a legislação e adotado soluções inovadoras na fiscalização e arrecadação do imposto. Estamos debatendo para aprender o caminho e, dessa forma, avançar na automatização dos mecanismos de controle e na modernização da legislação, especialmente no que concerne à avaliação de bens imóveis e ativos empresariais, afirmou Farenzena.

O presidente em exercício do Sindifisco-SC, Achilles César Silva, destacou a importância do evento para o Estado, sendo o ITCMD um imposto com bastante potencial de crescimento. "Com a crise financeira, o Estado está aperfeiçoando os aspectos ligados à fiscalização do tributo e os novos conceitos jurídicos que envolvem as cotas societárias".

Para o secretário da Fazenda, Paulo Eli, a arrecadação do Estado com o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação), o chamado "imposto sobre herança", hoje na ordem de R$ 30 milhões mensais, pode chegar até R$ 70 milhões mensais com o aperfeiçoamento da fiscalização e da aplicação de novos conceitos jurídicos sobre o tema já em prática em outros estados.

“Nós precisamos de mais pessoal na Secretaria da Fazenda que entendam o que é o ITCMD, pois é um imposto que possui muito potencial de arrecadação. Hoje temos uma média de R$ 30 milhões de arrecadação ao mês, e nós podemos chegar a R$60 ou R$70 milhões. Quanto mais investirmos na arrecadação, e esse custo for aceitável nas contas públicas, mais aumentaremos a arrecadação desse tributo.

PAULO ELI - SECRETÁRIO DA FAZENDA

Há bastante tempo nós copiamos e colamos o que os outros Estados fazem de melhor. Agora estamos fazendo diferente, realizando eventos com os melhores especialistas nas matérias e compilando as diversas experiências para criar as soluções mais adequadas para a nossa realidade.

ROGÉRIO MELLO - DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

I SEMINÁRI
DOS FISCOS ESTADUA
SOBRE TRANSMISSÃO DE
SOCIETÁRIAS
SUJEITAS AO IT
16 e 17
agosto
FLORIANÓPOLIS
Santa Catarina

MINÁRIO
COS ESTADUAIS
NSMISSÃO DE COTAS
RIAS
S AO ITCMD

I SEMINÁRIO
DOS ESTADUAIS
SMISSÃO DE COTAS
ITCMD

I SEMINÁRIO
DOS FIS ESTADUAIS
SOBRE TR SSÃO DE COTAS
SOCIET S
SUJEIT ITCMD

DOS FISCOS ES AIS
SOBRE TRANSMIS AS
SOCIETÁRIAS
SUJEITAS AO
16 e 17
agosto
FLORIANÓPOLIS
Santa Catarina

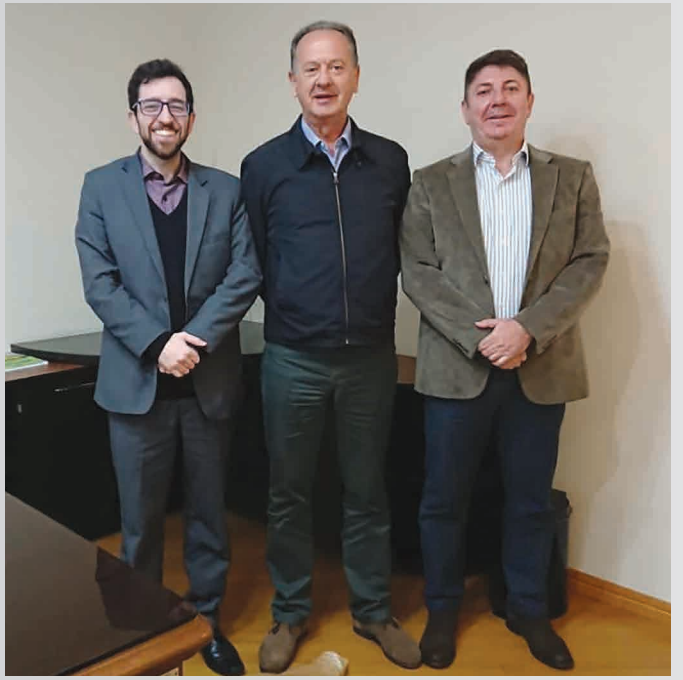
I SEMINÁRIO
DOS FISCOS ESTADUAIS
SOBRE TRANSMISSÃO DE COTAS
SOCIETÁRIAS
SUJEITAS AO ITCMD
16 e 17
agosto
FLORIANÓPOLIS
Santa Catarina

REUNIÃO COM SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Presidente em exercício do Sindifisco, Achilles Silva, esteve, acompanhado do diretor José Farenzena, em reunião com o Secretário de Estado da Administração e colega auditor fiscal Milton Martini.

Na oportunidade, Achilles fez um agradecimento ao Secretário pela relevante atuação em projetos de engrandecimento do Estado de Santa Catarina, como, por exemplo, o Profisco II, no qual houve a captação de recursos para projeto de modernização das estruturas de gestão fiscal da SEF, PGE e SEA.

A reunião possibilitou uma conversa franca e de forma muito produtiva sobre os problemas enfrentados pelos Auditores Fiscais e os devidos encaminhamentos, além dos anseios da classe e sobre assuntos gerais da Fazenda Estadual.



CD DA FENAFISCO EM GRAMADO

Aconteceu em Gramado-RS, durante os dias 09 a 10 de agosto, a 189º reunião do Conselho Deliberativo da Fenafisco, evento que reuniu dirigentes do Fisco de todo o Brasil para discutir assuntos de ordem sindical e administrativa.

Durante a reunião aconteceu a Palestra "Solidariedade Social", ministrada pelo colega Joacir Sevegnani, auditor fiscal da receita estadual de Santa Catarina e Professor de Direito Tributário e Direito Constitucional. A palestra é tema do livro Solidariedade Social no Estado Constitucional de Direito, de sua autoria.

Entre a pauta do encontro estava o Projeto da Reforma Tributária Solidária, de autoria da FENAFISCO e ANFIP, e a discussão e deliberação das ações que foram adotadas pela entidade acerca da agenda de atividades para o segundo semestre de 2018.

O Presidente do Sindifisco em exercício, Achilles Silva, e os diretores Soli Schwalb, Asty Pereira e José Farenzena representaram a entidade na reunião.

Na oportunidade da reunião do Conselho Deliberativo da Fenafisco, também foram realizadas reuniões sobre Participação Política. Tais reuniões tiveram o objetivo de abordar o projeto de fortalecimento do estado social, do serviço público, e em especial do fisco brasileiro, e por oportunidade das eleições para renovação do parlamento e executivo estadual e federal.

DOAÇÃO DE LIVROS DE AUDITORIA CONTÁBIL À SEF/SC

No mês de agosto, o Presidente em exercício do Sindifisco, Achilles Silva, recebeu a visita do Gerente de Fiscalização da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina, Sérgio Pinetti.

Durante o encontro foram debatidos assuntos ligados à administração tributária do Estado. Na oportunidade também foi realizada a doação de 25 exemplares do livro "Fraudes Contábeis", do autor Alexandre Alcântara da Silva, atendendo à solicitação do Diretor de Administração Tributária, Rogério Mello.

Segundo Pinetti, o material servirá como base de estudo e capacitação aos auditores fiscais, pois aborda a temática da auditoria contábil, tão importante para a detecção de fraudes. – "Santa Catarina está sempre buscando novos métodos baseados nas experiências de outros Estados e evoluindo em relação aos processos de auditoria fiscal e contábil.

Esta iniciativa é mais um incentivo do Sindifisco à capacitação permanente dos colegas de profissão, trazendo o aperfeiçoamento de atividades dentro da Secretaria da Fazenda.

O livro será distribuído aos Coordenadores dos grupos especialistas para compartilhamento com os demais colegas.

PRÊMIO DE BOAS PRÁTICAS EM GESTÃO PÚBLICA - UDESC / ESAG

Identificar, reconhecer, estimular e premiar práticas inovadoras de gestão, que auxiliam a melhorar a qualidade dos serviços prestados ao povo catarinense.

O Prêmio de Boas Práticas em Gestão Pública - Udesc Esag visa identificar, reconhecer, estimular e premiar práticas inovadoras de gestão, entendidas como um conjunto de ações e procedimentos que consolidam avanços na realização do interesse público, implementado em órgãos públicos e em organizações da sociedade civil no estado de Santa Catarina.

Instituída em 2015 e com periodicidade bianual, o prêmio está atualmente em sua segunda edição, a iniciativa é do Departamento de Administração Pública do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (Esag), da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), realizada com o apoio de diversos parceiros.

No dia 09 de agosto, ocorreu a divulgação e entrega da premiação dos trabalhos vencedores do Prêmio Udesc Esag de Boas Práticas em Gestão Pública.

Nos dias que se antecederam, foi realizada a apresentação oral das práticas finalistas e a avaliação geral por parte dos jurados.

O SINDIFISCO, na condição de parceiro, foi convidado a participar da banca julgadora representado pelo ex-secretário de Estado da Fazenda e filiado Renato Lacerda. Durante o evento de premiação, esteve representado pelo Diretor Brani Besen.

A diretoria do SINDIFISCO vê a participação da entidade como essencial neste projeto, pois tem a consciência de que através dos objetivos de identificar, reconhecer, estimular e premiar as práticas inovadoras de gestão é possível incitar que novas práticas de gestão se consolidem.

O vencedor geral apresentou o projeto sobre "SISTEMA GERENCIAL DE SAÚDE PÚBLICA – PRONTO – da Prefeitura Municipal de Blumenau.

A classificação das práticas vencedoras, divulgada por categoria, pode ser acessada no site do prêmio: ***http://www.esag.udesc.br/arquivos/id_submenu/1679/ganhadores.pdf***

PREMIAÇÃO

1. Prática vencedora geral: Participação do primeiro autor em visita a organizações públicas na França, de acordo com a área de atuação da prática vencedora (inclui passagem de ida e volta, translado, hospedagem e alimentação por três dias); troféu e certificado de reconhecimento.

2. Para os primeiros e segundos colocados em cada uma das categorias e das modalidades: Participação do autor principal em evento nacional, relacionado ao tema do prêmio (inclui passagem de ida e volta e hospedagem por até três dias); troféu e certificado de reconhecimento.

3. Para os terceiros colocados em cada uma das categorias e das modalidades: Troféu e certificado de reconhecimento.

4. Todas as práticas classificadas como "Boas Práticas" receberão certificado de reconhecimento.

*Com informações Prêmio Gestor Público UDESC/ESAG

ENCONTRO CATARINENSE DOS FISCOS MUNICIPAIS EM BLUMENAU

Foto arquivo organização

Aconteceu no dia 30 de agosto, na sede da OAB, em Blumenau, o VI ENCONTRO CATARINENSE DOS FISCOS MUNICIPAIS e I Fórum Sul-Brasileiro de Auditores e Procuradores Municipais, realizado pela Associação do Fisco dos Municípios do Vale do Itajaí – AFIVALE em parceria com a Associação dos Procuradores do Município de Blumenau – APROBLU.

Direcionado aos Auditores e Fiscais Tributários Municipais, Procuradores municipais, Secretários da Fazenda, Procuradores Gerais, Prefeitos e Vereadores, o Encontro teve por objetivo debater a reforma do Sistema Tributário Nacional, e, em especial, a proposta em trâmite no Congresso e os possíveis efeitos aos municípios brasileiros. Para os organizadores do evento, a reforma atualmente proposta atinge diretamente aos Municípios, que perderão autonomia pela redução drástica das receitas próprias com a extinção do ISS, hoje o principal tributo da competência municipal.

O encontro visou ao amadurecimento dos debates que envolvem as carreiras típicas de Estado, abordado no Painel de abertura do evento. O debate contou com a participação de Eduardo Lobo, Diretor de Políticas e Ações Sindicais do Sindifisco/SC, entidade apoiadora e patrocinadora do evento.

Eduardo falou sobre a sua experiência na carreira pública e destacou o elevado nível de qualidade dos palestrantes e debates. "A AFIVALE está de parabéns pela realização do VI ENCONTRO CATARINENSE DOS FISCOS MUNICIPAIS, sem dúvida, um evento muito importante para o Fisco".

O evento reuniu os fiscos municipais de todo estado e contou com a presença de autoridades ligadas ao assunto, além do Prefeito de Blumenau Mário Hildebrandt, apoiador do evento.

SETEMBRO

SEFAZ DE SC LANÇA CONCURSO PARA AUDITOR FISCAL

A Secretaria da Fazenda de Santa Catarina divulgou, em setembro, o edital do concurso público para o preenchimento de 90 vagas para auditor fiscal da Receita Estadual, para as áreas de conhecimento de Auditoria e Fiscalização (60 vagas), Gestão Tributária (15 vagas) e Tecnologia da Informação (15 vagas). As inscrições ficaram abertas até o dia 10 de outubro e as três provas objetivas foram realizadas nos dias 17 e 18 de novembro nas cidades de Chapecó, Criciúma, Florianópolis e Joinville.

Puderam participar do concurso para o ingresso no Nível I da carreira de auditor fiscal candidatos com curso superior em nível de graduação em qualquer área. Atualmente, são 370 auditores responsáveis pela fiscalização de mais de 450 mil empresas e, desde 2010, não era realizado concurso para admissão de novos auditores na Secretaria da Fazenda.

De acordo com o presidente em exercício Achilles Cesar Silva, o lançamento do edital do concurso foi uma decisão inteligente e estratégica do governo do Estado.

"Não há como administrar bem o erário sem o capital humano. Esse concurso vai possibilitar a reposição de um expressivo número de colegas que se aposentaram recentemente. Com muito esforço, estávamos conseguindo manter os níveis de arrecadação, e o ingresso desses novos colegas, muito bem qualificados pela seleção do concurso, somados aos recursos que advirão do Profisco II (R$ 50 milhões em três anos de um financiamento do BID, para investimentos em treinamento e aquisição de equipamentos e tecnologia), possibilitará um incremento nas receitas para o que o governo possa atender às demandas da população, que certamente serão maiores no ano que vem", disse Achilles.

Após a nomeação e posse, os aprovados ficarão à disposição da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, antes de entrar em exercício em sua lotação inicial e serão submetidos a um programa de ambientação e treinamento funcional realizado pela Secretaria de Estado da Fazenda.

No dia 04 de janeiro de 2019 a Fundação Carlos Chagas realizará a publicação no Diário Oficial do Estado do resultado preliminar das provas objetivas. O resultado final será publicado no dia 21 de janeiro.

DEMANDAS PARLAMENTARES DA FENAFISCO SÃO DEBATIDAS

Filiados de Florianópolis e da regional de Joinville receberam, no dia 11 de setembro, o Diretor para Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da Fenafisco, Pedro Lopes, que realizou a palestra "Demandas Parlamentares da Fenafisco no Congresso Nacional".

O objetivo da palestra foi o de apresentar aos filiados a articulação política da Fenafisco junto ao poder legislativo e esclarecer os processos e medidas tomadas pela entidade para garantir os direitos da categoria e as melhorias no desempenho da função dos auditores.

Durante a palestra foram abordados os projetos da Reforma da Previdência (PEC 287/2016), da Reforma Tributária (PEC 293/2004) e o projeto da Reforma Tributária Solidária.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA TRIBUTÁRIA

Reunidos em Brasília nos dias 10 e 11, os membros da Comissão Técnica de Reforma Tributária da Fenafisco concentraram esforços para analisar o conjunto de propostas e recomendações elaboradas pelo Grupo de Trabalho da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - Anfip, acerca da tributação direta (patrimônio e renda), e tributação sobre a folha de pagamentos – uma das principais bases de arrecadação.

Na oportunidade, os dirigentes do Fisco estadual discutiram a configuração atual do sistema nacional de tributos, os desafios para sua remodelagem e aspectos convergentes entre os estudos produzidos pela Comissão e pelas entidades parceiras envolvidas no projeto, com o objetivo de aperfeiçoar o texto final.

Os resultados deste trabalho estão reunidos no documento "a Reforma Tributária Necessária: Propostas para o Debate", que será apresentado aos presidenciáveis e à sociedade em outubro e pretende dar mais racionalidade ao Sistema Nacional, fixando os tributos de cada esfera da federação, promovendo a justiça fiscal, ou seja, a renda, a regulação e os impostos financeiros com a União, os impostos sobre o valor agregado com os Estados e o Distrito Federal e o patrimônio com os Municípios.

A reunião, presidida pelo diretor da Fenafisco Francelino Valença, sob coordenação do Conselheiro Fiscal da entidade João Marcos de Souza, contou com a participação dos sindicatos: Sindsefaz-BA, Sindifisco/MT, Siptotaf-MT Sindifiscal/MS, Sindifisco/PB, Sindifisco/PE, Sindifisco/PA, Sindifern-RN, Sindifisco/RS, Sindifisco-SC, Sindifisco/MS, Sindafep/PR e Sindifiscal-TO. O Sindifisco SC esteve representado pelo seu diretor Jurídico, Asty Pereira Júnior.

*Com informações Fenafisco / Foto arquivo Fenafisco

CONHEÇA AS PROPOSTAS

COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS PROPOSTAS PELA FENAFISCO

UNIÃO: Renda: IRPF; IRPJ; Regulatório/Financeiro: Imposto de Importação e Imposto de Exportação (inclui produto primário).

ESTADO: Consumo: IVA (ICMS, ISS, IPI, COFINS e PIS) e Imposto Seletivo.

MUNICÍPIOS: Patrimônio: ITCMD; ITBI; IPTU e IPVA.

COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS PROPOSTAS PELA ANFIP

UNIÃO: Patrimônio: Imposto Territorial Rural; Renda: Contribuição Social sobre Grandes Fortunas; Imposto sobre Grandes Fortunas IRPF; IRPJ (Tributação Lucro Real e Simples. Exclusão do lucro presumido) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (destinação exclusiva para a Previdência Social); Contribuição Social sobre Altas Rendas de Pessoa Física (destinação exclusiva para a Previdência Social); Regulatório/Financeiro: Imposto de Importação; Imposto de Exportação (inclui produto primário) e Contribuição Social sobre Movimentação Financeira (destinação exclusiva para a Previdência Social) Consumo: IPI Seletivo; Contribuição Social sobre Valor Agregado (destinação exclusiva para a Seguridade Social) e CIDE Ambiental.

ESTADO: Consumo: IVA (ICMS e ISS); Patrimônio: ITCMD.

MUNICÍPIOS: Patrimônio: ITBI; IPTU; IPVA.

CAPACITAÇÃO DE FORMADORES EM RTS

O programa de capacitação de Formadores em Reforma Tributária Solidária foi realizado durante o mês de setembro, em São Paulo e no Distrito Federal. O curso realizado pela Escola Dieese de Ciências do Trabalho, teve coordenação da Anfip e da Fenafisco (Fisco Estadual e Distrital).

Ao todo, foram formados 140 multiplicadores, capacitados em quatro turmas. A abordagem dos temas foi realizada a partir de um olhar interdisciplinar, utilizando, principalmente, os referenciais teóricos da Sociologia, da Economia, do Direito, da Ciência Política e da História.

Toda a metodologia desenvolvida e utilizada nas atividades de formação, oferecidas pelo Departamento, visou à apropriação de conhecimento pelos participantes, combinando experiência de vida e saber científico, tendo como base a construção coletiva do conhecimento, a valorização das experiências individuais e a mediação entre o conhecimento científico e o repertório de cada participante.

Participaram do treinamento os diretores Asty Pereira Júnior, Eduardo Lobo, Ingon Luiz Rodrigues e Ricardo Lonzetti.

*Com informações Fenafisco / Foto arquivo Fenafisco

OUTUBRO

FABIANO DADAM RETORNA À PRESIDÊNCIA DO SINDIFISCO

Fabiano Dadam havia se afastado de suas atividades na diretoria do Sindifisco em maio.

O presidente do Sindifisco, Fabiano Dadam Nau, que havia se licenciado das atividades à frente da Diretoria do Sindifisco no dia 30 de maio, para concorrer a um cargo na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, retornou à presidência da entidade na última quinta-feira, dia 10 de outubro.

Após quatro meses afastado, Fabiano retorna para o cargo, que durante o período foi ocupado interinamente pelo atual vice-presidente da entidade, Achilles Silva.

LANÇAMENTO DO DOCUMENTO-SÍNTESE PROJETO REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA

O documento apresenta uma proposta ampla de reforma tributária, que trará mais justiça, efetividade no combate à desigualdade social e incentivo ao crescimento econômico do país.

No dia 17 de outubro, aconteceu em Brasília, no auditório Freitas Nobre da Câmara dos Deputados, o lançamento do documento-síntese do "Projeto Reforma Tributária Solidária: A Reforma Tributária Necessária – Justiça fiscal é possível: subsídios para o debate democrático sobre o novo desenho da tributação brasileira".

O evento reuniu auditores fiscais do Fisco estadual e federal, representantes sindicais, parlamentares e economistas, com o objetivo de debater a proposta da Reforma Tributária Solidária.

O documento, elaborado pela Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e pela Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), apresenta uma proposta ampla de reforma tributária, que trará mais justiça, efetividade no combate à desigualdade social e incentivo ao crescimento econômico do país.

O Sindifisco SC foi representando pelo Presidente Fabiano Dadam Nau e pelo Diretor Jurídico Asty Pereira Júnior.

Para Fabiano Dadam, a adoção de um novo sistema tributário é crucial para que o Estado brasileiro consiga atender às demandas dos cidadãos por serviços públicos de qualidade e, ao mesmo passo, essencial para que a economia volte a crescer. "Este projeto de reforma tributária sintetiza o desejo de todos que almejam um Brasil de oportunidades para todos, com crescimento econômico e social e principalmente com racionalidade no modelo de tributação já definido pelos países desenvolvidos como o modelo ideal. Vale a pena se aprofundar e conhecer melhor esta proposta", comentou.

Conheça o documento que está disponível em versão digital na bilioteca do Sindisco. Acesse www.sindifisco.org.br > Serviços > Biblioteca.

GRUPO DE TRABALHO LEI COMPLEMENTAR Nº 442/09

O Sindifisco participa do grupo de trabalho criado pela SEF para a revisão dos dispositivos da Lei Complementar nº 442/09, que dispõe sobre a carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual.

A portaria SEF N° 301/2018, publicada no PeSEF em 01.10.18, determinou que compete ao Grupo de Trabalho:

I – revisar os dispositivos da Lei Complementar nº 442/09, propondo as alterações necessárias à atualização e ao aprimoramento da referida norma complementar;

II – interagir com a Gerência de Gestão Pessoas, vinculada à Diretoria Administrativa e Financeira, desta Secretaria, e com a Secretaria de Estado da Administração para a obtenção de subsídios necessários aos trabalhos de revisão da Lei Complementar nº 442/09;

III – estudar e propor a regulamentação dos dispositivos que forem alterados na Lei Complementar nº 442/09; e

IV – elaborar relatório ao Secretário de Estado da Fazenda com as propostas de alteração da Lei Complementar nº 442/09.

Representarão o Sindifisco os diretores Leandro Luís Darós e Ricardo Lonzetti.

PL 6726/2016 É DEBATIDA POR DIRIGENTES DO FISCO ESTADUAL

No dia 30 de outubro, dirigentes do Fisco estadual reuniram-se em Brasília com o objetivo de discutir estratégias para o aprimoramento do PL 6726/2016, regulamenta o limite remuneratório de que tratam o inciso XI e os §§ 9º e 11 do art. 37 da Constituição Federal ("PL do extrateto").

O Diretor de Relações Parlamentares e Institucionais Thiago Chaves, foi o representante do Sindifisco/SC neste debate. Para ele, "o PL deve ser apreciado com cautela pelos congressistas e pelas entidades representativas de servidores públicos, uma vez que a maioria das indenizações existem para possibilitar o pleno funcionamento do Estado."

Dada a relevância da matéria, o SINDIFISCO/SC, através do vice-presidente Achilles Silva, foi o precursor nos estudos do projeto de lei, e o responsável por organizar uma comissão com membros dos fiscos estaduais na Fenafisco.

*Com informações Fenafisco / Foto arquivo Fenafisco

NOVEMBRO

REUNIÃO DE REPRESENTANTES DO SINDIFISCO

No dia 06 de novembro, a Diretoria Executiva do Sindifisco recebeu o Conselho de Representantes da entidade para mais uma reunião. Entre os temas em discussão, estava o ofício protocolado junto ao Secretário, que apresentou as demandas da categoria, o PL 6726/16, que regulamenta o limite remuneratório de que tratam o inciso XI e os §§ 9º e 11 do art. 37 da Constituição Federal, e o relato do Grupo de Trabalho sobre as alterações da LC 442.

O resultado da reunião, é levado aos filiados das regionais por seu representante.

SINDIFISCO SE REÚNE COM SECRETÁRIO DA FAZENDA

No dia 14 de novembro, o Presidente do Sindifisco Fabiano Dadam Nau e o vice-presidente Achilles Silva, estiveram em reunião com o Secretário de Estado da Fazenda e colega auditor fiscal Paulo Eli.

Durante a reunião, foram reapresentadas as demandas da categoria, que já haviam sido levadas ao seu conhecimento no mês de julho, e reforçada a necessidade de atendimento dos pleitos.

Paulo Eli demonstrou boa vontade no encaminhamento das soluções, entretanto, também externou o problema da limitação financeira pela qual o Estado vem passando, citando o comprometimento da folha de pagamento com a lei de responsabilidade fiscal, fator que não lhe dá margem à resolução de alguns pedidos efetuados, ao menos naqueles que tenham repercussão financeira.

I CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DEBATE FISCO E SOCIEDADE, PENSANDO O FUTURO

Rogério Macanhão, Diretor de Projetos Especiais e Ações Sociais do Sindifisco

Charles Alcântara, Presidente da Fenafisco

Com a participação de acadêmicos, pesquisadores e profissionais das áreas do Direito Tributário, Administração Pública, Economia, Contabilidade e Tecnologia da Informação, a secretaria de Estado da Fazenda realizou, nos dias 12 e 13 de novembro, o I Congresso de Administração Tributária, com ênfase no tema: Fisco e Sociedade, pensando o futuro da tributação.

Além de palestras com renomados nomes como Valcir Gassen, Ana Carolina Fernandes Carpinetti, Tathiana Martines, Denise Lucena Cavalcanti e Carlos Araújo Leonetti, o evento contou com o painel "O fair play na tributação, compliance, transparência e cooperação", com a participação do secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli, de agentes fiscais do estado de São Paulo, Airton Cardomingo Junior e Carlos Alberto Alves Sampaio, além da doutora em direito, Karem Jureidini Dias.

O Congresso abordou temas considerados desafiadores e inovadores, a exemplo da evolução da tributação. "É um momento importante para aprimorarmos a gestão tributária. As palestras realizadas hoje trataram de temas relevantes ao nosso dia a dia. Precisamos refletir sobre os assuntos que envolvem a administração tributária, debater para construirmos uma nova relação entre o Estado e a sociedade, pautada na participação e na isonomia", comentou Paulo Eli.

O debate também abordou a Reforma Tributária Solidária, painel exibido pelo presidente da Fenafisco, Charles Alcântara, que apresentou as premissas da Reforma Tributária Solidária e explicou que a proposta visa corrigir as injustiças fiscais, preservar o Estado Social e restabelecer o equilíbrio federativo, aproximando o sistema tributário brasileiro daqueles praticados pelas nações que compõem a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os temas discutidos no Congresso giraram em torno do aprimoramento e evolução da gestão tributária, construção de uma nova relação entre o Estado e a sociedade, alternativas de resolução de conflitos tributários e um novo modelo de tributação brasileiro.

*Com informações SEFAZ/SC - Fotos Samuel Schmidt

CONSELHO DELIBERATIVO DA FENAFISCO EM BRASÍLIA

Aconteceu em Brasília, durante os dias 21 a 23 de novembro, a 191º reunião do Conselho Deliberativo da Fenafisco, evento que reuniu dirigentes do Fisco de todo o Brasil para discutir assuntos de ordem sindical e administrativa.

Durante o encontro, os Sindicatos presentes realizaram um relato da situação financeira de cada Estado e os problemas que vêm enfrentando.

Entre os assuntos tratados, estavam o balanço geral das eleições 2018, sob a ótica dos interesses da Fenafisco e sindicatos, a Mobilização parlamentar contra a Reforma da Previdência, a Reforma Tributária Solidária – RTS e o PL 6726/2016, que regulamenta o limite remuneratório de que tratam o inciso XI e os §§ 9º e 11 do art. 37 da Constituição Federal ("PL do extrateto").

De acordo com o diretor Eduardo Lobo, presente na reunião, este último é considerado essencial ao Fisco e está sendo acompanhado com máxima atenção.

Durante o período, os dirigentes também realizaram atividades no Congresso Nacional, oportunidade em que visitaram lideranças partidárias, na tentativa de sensibilizar e convencer os deputados a rejeitarem a PEC 287/16, que trata da Reforma da Previdência.

Participaram das trabalhos representando o Sindifisco os diretores Eduardo Lobo, Rogério Macanhão e Luiz Carlos Azambuja.

Prêmio Gestor Público Paraná

O Presidente Fabiano Dadam Nau, participou no dia 26, da cerimônia de entrega do VI Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), evento realizado pelo Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (SINDAFEP), na Assembleia Legislativa do Estado (Alep).

Dadam parabenizou o Fisco paranaense e destacou a iniciativa. "Sem dúvida alguma iniciativas como esta só demonstram a responsabilidade como esta importante categoria possui para com a coisa pública e o incentivo às boas práticas", disse.

O evento reuniu gestores públicos de todo o estado, auditores fiscais, autoridades, parlamentares e convidados. Os representantes dos municípios vencedores foram premiados com o troféu PGP | Certificado de reconhecimento e tiveram a oportunidade de falar sobre seus projetos, inspirando outras cidades a implantarem ações semelhantes e fomentando o desenvolvimento em todo o estado.

*Com informações Fenafisco

SINDIFISCO COMEMORA 30 ANOS DE FUNDAÇÃO

No dia 22 de outubro, o Sindifisco comemorou três décadas promovendo a valorização da atividade fiscal e a melhoria da qualidade de vida dos catarinenses. Durante seus trinta anos, o Sindifisco foi representado por nove presidentes, auditores fiscais de carreira que muito contribuíram para estruturar e manter a instituição sólida e coesa.

No dia 30 de novembro a Diretoria Executiva da entidade promoveu uma comemoração especial, que homenageou seus ex-presidentes, pessoas que doaram seu tempo em prol de toda categoria.

Para deixar registrada a passagem de cada um pelo Sindifisco, de uma forma simbólica, os ex-presidentes realizaram o plantio de uma árvore no Bosque do Sindifisco, que fica localizado na Sede da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina – Affesc, em Canasvieiras.

A homenagem também contou com o recebimento de uma placa, que simboliza todo o agradecimento dos colegas de profissão.

Também foi homenageada a colaboradora Simone Aparecedida Pereira, pela dedicação, profissionalismo e comprometimento ao longo de 23 anos de trabalho no Sindifisco.

Após a solenidade, foi realizado um jantar de confraternização.

"Somos gratos pelo fortalecimento da categoria profissional dos auditores fiscais da receita estadual de Santa Catarina ao longo desse período e prestamos um agradecimento a todos que fizeram e continuam fazendo parte desta história!" – Diretoria do Sindifisco

DEZEMBRO

PARCERIA COM PROJETO INTEGRAR

Durante o ano de 2018, o Sindifisco manteve sua parceria com o Projeto Integrar e acompanhou o trabalho desenvolvido por toda a equipe envolvida.

Durante o segundo semestre deste ano, o Presidente em exercício, Achilles Silva, e o Diretor de Comunicação, José Farenzena, receberam, na sede do Sindifisco, a visita do coordenador do Projeto Integrar, Luiz Botega, que fez uma atualização sobre as ações do projeto Integrar e relatou a importância da contribuição do Sindifisco para o seu andamento.

O projeto, cuja bandeira principal é a de acreditar que a educação tem um papel imprescindível na transformação do ser humano e, consequentemente, da sociedade, existe desde agosto de 2011 e recebe o apoio do Sindifisco desde 2013. Durante estes cinco anos, pudemos perceber a relevância e importância do projeto para comunidade atendida. Os estudantes do Integrar são, em sua grande maioria, formados em escolas públicas e que talvez não tivessem a oportunidade de cursar um pré-vestibular para ingressar na faculdade. É um Projeto transformador, formado por educadores totalmente voluntários e tem estrutura autônoma, por isso as contribuições ao projeto são tão importantes.

Ao longo de 7 anos de atividade o Projeto Integrar já recebeu mais de 1200 pessoas que, em algum momento de sua vida, lutaram para chegar no ensino superior. Com mais de 500 aprovações, o Projeto impacta positivamente a vida dos moradores da Grande Florianópolis, oferecendo além de instrumentos para realização da prova, conhecimento crítico voltado para a vida em sociedade. Ao longo dos anos o índice de aprovações atinge 40% do número de estudantes atendidos.

HISTÓRICO DE APROVAÇÕES

ANO	ESTUDANTES	APROVAÇÕES	PORCENTAGEM
2011	131	74	56%
2012	77	34	44%
2013	100	51	51%
2014	210	91	43%
2015	210	87	41%
2016	250	92	37%
2017	244	72	30%
TOTAL	1222	501	43%

GESTUS

Trabalhando junto ao Projeto Integrar está a Gestão Estudantil Universitária – GESTUS, grupo que tem como objetivo orientar e auxiliar os estudantes do Projeto aprovados nas universidades, oferecendo o suporte para sua permanência dentro dela. É uma organização que luta para que o estudante consiga terminar sua graduação frente às adversidades por que passa.

Com este intuito, o Gestus criou o "Madrinhas e Padrinhos". Os estudantes podem ser apadrinhados por pessoas da sociedade civil que tem interesse em ajudar de alguma maneira, colaborando assim para a formação destes alunos.

Ao final de cada ano letivo, é realizada a devolução dos livros de literatura doados pelo Sindifisco, que foram utilizados para o vestibular do último semestre. Um exemplar de cada livro fica disponível na biblioteca do Sindifisco, à disposição dos filiados, e o restante é novamente doado para biblioteca comunitária da AFFESC, que a bastante tempo participa do movimento literário Freguesia do Livro.

Você pode conhecer mais sobre o Projeto Integrar e o projeto Gestus acessando o site: http://www.projetointegrar.org/

Foto arquivo Integrar

OPINIÃO

O FUTURO DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SANTA CATARINA

Por Sérgio Dias Pinetti - Gerente de Fiscalização da Secretaria da Fazenda de SC

A estrutura atual da Administração Tributária de Santa Catarina apresenta perspectivas de gestão bastante desafiadoras. O quadro de Auditores Fiscais conta atualmente com cerca de 370 servidores ativos, mas dado ao momento turbulento e de enormes incertezas políticas pelas quais passa o país, existe uma tendência crescente de redução drástica deste número em razão das aposentadorias. Atualmente 178 Auditores Fiscais cumprem integralmente os requisitos para aposentadoria. Assim, já observamos uma sobrecarga de trabalho em diversos pontos da estrutura, principalmente nas atividades ligadas diretamente ao controle e a fiscalização dos contribuintes. As demandas de trabalho são crescentes e embora o grupo tenha se dedicado de forma hercúlea à manutenção e ao crescimento da arrecadação a situação financeira do Estado continua limítrofe devido ao crescimento constante das despesas. Os índices de crescimento da arrecadação tributária de Santa Catarina estão os melhores do país. O crescimento geral da arrecadação superou, em 2018, até o momento, os 8%, sendo que vários setores econômicos apresentaram desempenho superior a 20%. Não existe paralelo no país. Embora a economia do Estado seja bastante diversificada e o desempenho de vários indicadores econômicos seja também positivos, estes resultados expressivos só se explicam pela dedicação e comprometimento dos Auditores Fiscais com os resultados da arrecadação e a própria superação das metas de crescimento estabelecidas pela Administração Tributária.

Temos, neste momento, uma excelente oportunidade de renovação e crescimento do quadro de Auditores Fiscais a partir da realização do concurso público para o provimento das noventa vagas existentes no nível I da carreira. Entendemos a Secretaria de Estado da Fazenda como uma organização baseada no conhecimento e, portanto, seus membros acumulam um conhecimento precioso que necessariamente precisa ser compartilhado e expandido constantemente. Assim, a troca de experiências e conhecimento entre os atuais Auditores Fiscais e estes novos membros da Administração Tributária trará um enorme enriquecimento para a instituição, fortalecendo-a e garantindo a manutenção de sua proficiência técnica em matéria tributária e tecnológica.

A vanguarda no uso de novas tecnologias deve ser uma busca constante. O Sistema de Administração Tributária - S@T, já é considerado uma das plataformas mais sofisticadas e completas no âmbito desta modalidade de aplicações. Concebido como plataforma web, é acessível a todos os servidores da Fazenda em qualquer local, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Através do S@T a Diretoria de Administração Tributária presta ainda diversos serviços aos contribuintes do ICMS, IPVA e ITCMD, contabilistas, advogados e a população em geral, de forma ágil e simplificada. Entretanto, são necessários investimentos constantes para a manutenção e desenvolvimento de novas funcionalidades tanto para o controle e a fiscalização, como para disponibilizar mais serviços a sociedade.

Na área da fiscalização, auditoria e controle tributários temos a perspectiva de realização de grandes investimentos em tecnologia a partir do Projeto PROFISCO II. Estes recursos financeiros para o projeto de modernização que estão em contratação junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID possibilitarão em grande avanço no uso de novas tecnologias e no desenvolvimento dos recursos humanos da Administração Tributária. Devemos nos próximos anos agregar ao Sistema S@T novas tecnologias que possibilitarão um controla mais eficiente e imediato do comportamento dos contribuintes. Neste sentido, um grupo altamente especializado de Auditores Fiscais já trabalha no desenvolvimento de malhas fiscais automatizadas que identificam diretamente na enorme base de dados do Sistema S@T uma grande quantidade de irregularidades de forma quase imediata. A estas malhas fiscais em desenvolvimento serão agregados conceitos de inteligência artificial para aumentar ainda mais sua precisão e celeridade na identificação de qualquer fraude tributária.

Outro projeto a ser conduzido nos próximos anos é a implementação de uma ambiente próprio para a autorização dos documentos fiscais eletrônicos emitidos pelos contribuintes catarinenses. Desta forma, a Administração Tributária ado Estado de Santa Catarina terá um controle ainda maior sobre este procedimento de autorização e sobre todos os dados e informações gerados no sistema autorizador. Isto possibilitará a criação de uma nuvem fiscal onde poderão ser conectados diretamente, através de webservices seguros, os programas aplicativos utilizados por contribuintes de diversos setores econômicos importantes, como o varejo e as empresas de transporte rodoviário de passageiros.

Assim, para enfrentarmos uma realidade cada vez mais complexa, em constante transformação é preciso desenvolver e implementar novas ferramentas de tecnologia da informação e promover o trabalho integrado entre os membros da Administração Tributária, com os demais órgãos de governo, mantendo sempre um diálogo permanente com todos os setores empresariais e a sociedade catarinense.

Desta forma a Administração Tributária, através de seus membros Auditores Fiscais, mantém seu compromisso inabalável com a sociedade catarinense, provendo os recursos financeiros necessários a manutenção dos serviços públicos fundamentais como a educação, saúde, saneamento e segurança pública e os programas de inclusão social e de geração de emprego e renda.

ARTIGO

A REFORMA TRIBUTÁRIA MAIS QUE NECESSÁRIA

Eduardo Antônio Lobo - Auditor Fiscal da Receita Estadual de SC
Diretor de Políticas e Ações Sindicais do Sindifisco SC

O Brasil vive um momento delicado de sua história no qual se potencializam uma crise política e outra econômica. Um dos principais componentes da problemática econômica é o sistema tributário antiquado, burocrático e regressivo. Por isso, a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - Fenafisco em parceria com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Reeita Federal do Brasil - Anfip reuniu uma equipe de mais de quarenta tributaristas, economistas e auditores fiscais a partir de meados de 2017 para construir propostas para a estruturação de um novo modelo tributário.

O trabalho balizou-se nas seguintes premissas: manutenção do desenvolvimento social e econômico, fortalecimento do estado de bem-estar social, promoção da progressividade, restabelecimento do equilíbrio federativo, respeito ao aspecto ambiental e NÃO majoração da carga tributária.

A partir desses estudos foi elaborado o livro "A reforma tributária necessária", com mais de 800 páginas, e quarenta artigos técnicos. A linha mestra desse trabalho foi no sentido de realizar um paralelo entre o sistema brasileiro e o de países da OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que congrega nações com os maiores índices de desenvolvimento humano. Desse comparativo verificou-se que nossa carga tributária fica um pouco abaixo da média desse grupo. A carga tributária nacional em 2015 representava 32,6% do PIB, enquanto a média da OCDE ficava em 34%, destacando-se Alemanha com 37,1%, Suécia com 43,3% e França com 45,2%.

Quando defrontado com as estruturas da OCDE, o sistema tributário brasileiro demonstrou uma distância abissal. Enquanto nas nações da OCDE o percentual de IMPOSTOS DIRETOS na arrecadação total representava 40% em 2015, no Brasil correspondia a 25%. Já no segmento dos IMPOSTOS INDIRETOS, representou 61% no âmbito da OCDE e 75%, por aqui. E grande parte dessa taxação indireta ainda incide em cascata, o que prejudica a competitividade doméstica, em especial dos setores industriais. Fica evidente que a estrutura tributária nacional não está em sintonia com os bons princípios das finanças públicas internacionais, necessitando reestruturação urgente.

A partir dessa confrontação da realidade brasileira com a dos países da OCDE fica muito clara a meta a ser perseguida. Teremos que incrementar a incidência de impostos diretos, que são aqueles cobrados sobre renda e patrimônio, e reduzir o percentual de incidência dos impostos indiretos, que são os cobrados sobre circulação mercadorias e serviços. Até por que, desta forma, a tributação torna-se mais suscetível à progressividade, ou seja, maior cobrança daqueles que detêm níveis de renda e patrimônio superiores. Esse seria o caminho para a construção de um sistema tributário mais justo, eficiente e similar às estruturas construídas nos países desenvolvidos. Não é tarefa trivial, mas há que ser construída passo a passo, com firmeza e determinação política.

Importante que todos os colegas do Fisco acessem os textos deste trabalho capitaneado pela Fenafisco e Anfip, através do endereço eletrônico ***http://reformatributariasolidaria.com.br.*** É uma grande fonte de subsídios para os debates vindouros sobre a reforma tributária que deverá ser encarada muito em breve pelo Parlamento Brasileiro.